



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas.

418. MESTRE TAUNAY E SEUS TRÊS “ESTADOS”

De Afonso de Taunay escrevemos de certa feita ter sido ele catarinense de nascimento, carioca de formação e paulista de realização. Nascido a 11 de julho de 1876 na antiga Desterro (a Florianópolis de hoje), ao tempo em que seu pai presidia a Província de Santa Catarina, viveu apenas metade de seu primeiro ano de vida na cidade que lhe serviu de berço, pois já em janeiro do ano seguinte seu pai deixava a presidência da Província, retornando ao Rio de Janeiro. Foi, pois, na antiga Corte e depois Distrito Federal que se processou toda a formação de Afonso: a humanística no Colégio Pedro II e a profissional na Escola de Engenharia. Tornou-se engenheiro certamente por influência paterna, mas, tal como no caso do pai, pouco se utilizou da profissão.

Para o autor de “Inocência” a engenharia serviu apenas para as tarefas da campanha militar na guerra contra o ditador do Paraguai, pois terminada esta, foi à política e às letras que se consagrou até o final de sua vida em 1899. Foi Deputado Geral, Senador do Império, presidiu a duas províncias e deixou numerosa obra de interesse tanto histórico como literário, tanto que foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Também para o filho a engenharia irá servir para abrir-lhe as portas do magistério na área da Física Experimental, matéria de que chegou a ser catedrático na Escola Politécnica de São Paulo. Mas assim que surgiu uma oportunidade de trocar a Engenharia pela História, não titubeou em fazê-lo, pois esta revelou-se desde cedo sua verdadeira vocação.

Ao lembrar que de Taunay se poderá dizer ter sido ele “paulista de realização” pretendemos sobretudo salientar o real entrosamento do engenheiro e futuro historiador com a cidade que escolheu para centro de suas atividades e onde viveu até o final de sua vida, aos 20 de março de 1958. Em São Paulo realizou-se integralmente, em todos os sentidos: constituiu família, dedicou-se ao magistério, colaborou na imprensa, dirigiu por mais de trinta anos o Museu Paulista, vinculou-se a duas de suas mais importantes entidades culturais: o Instituto Histórico e Geográfico, do qual chegou a ser presidente honorário, e a Academia Paulista de Letras.

Tornou-se por excelência o historiador magno de São Paulo. De sua obra, numerosíssima, já demos conta em volume que tivemos oportunidade de publicar por ocasião de seu centenário, em 1976 e editada oficialmente pelo Museu Paulista. Nesse volume, além de um extenso “perfil biográfico”, arrolamos e comentamos 833 títulos de sua bibliografia, ainda, infelizmente, com algumas lacunas. Difícil imaginar provavelmente na bibliografia universal alguém que tenha produzido obra tão vasta e variada. 24-1-2004

419. LITERATURA PANFLETÁRIA

Na história política de um país de tendência liberal a literatura panfletária, quando honesta e bem dirigida, constitui um dos instrumentos capazes de contribuir para o bom êxito do regime. O Segundo Império (ou Reinado) constituiu um campo onde o panfleto teve larga divulgação, refletindo as diversas tendências políticas e sociais.

Há já muito tempo, quase meio século (1956) o saudoso Raimundo Magalhães Júnior reuniu num precioso volume incluído na coleção “Brasiliana” (vol. 286) três peças das mais significativas desse gênero político-literário, reunidas sob o título “Três panfletários do Segundo Reinado”. São eles Francisco de Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha e Ferreira Viana. A circunstância de reproduzir o volume os textos integrais dos famosos panfletos deixados por aqueles grandes

jornalistas – “O Libelo do Povo”, de Torres Homem (publicado sob o pseudônimo de Timandro), “Ação, Reação, Transação”, de Justiniano da Rocha e “A Conferência dos Divinos”, de Ferreira Viana – fez do livro um documentário precioso para a história política do Segundo Reinado, ainda mais que, na época em que o volume apareceu, tais panfletos, embora reeditados várias vezes, eram bastante raros.

Os três panfletários têm vários traços em comum, pois além de políticos e jornalistas, foram também todos eles advogados, com a circunstância de que Torres Homem era igualmente médico. Se este e Ferreira Viana formaram, na juventude, no Partido Liberal, na idade madura arrolaram-se sob a bandeira do Partido Conservador, que teve em Justiniano um dos seus mais hábeis defensores. Torres Homem e Ferreira Viana, na fase liberal, atacaram vivamente o Imperador e a Monarquia, sendo que o último continuou a combater o poder pessoal na Câmara dos Deputados. Ambos, porém, foram ministros de D. Pedro II, que pondo de parte os melindres pessoais, procuravam conquistar para a sua causa, as simpatias desses temperamentos explosivos e perigosos. Torres acabou mesmo sendo um dos grandes do Império, apesar de sua origem humilde, sob o título de Visconde de Inhomirim, muito embora tivesse ele próprio satirizado a nobreza imperial. Ferreira Viana, depois de ter feito dano à monarquia, acabou seus dias como saudosista do velho regime.

As circunstâncias posteriores à publicação desses panfletos não atenuaram a impressão causada pelos mesmos no espírito público. Tanto assim que foram aproveitados, e muitas vezes, nas vésperas da República por todos aqueles interessados em invectivar o trono, o Imperador, as instituições monárquicas e a própria situação política do país. Daí, ainda, o interesse que oferecem ao estudioso de hoje, ao lado da “Circular” de Teófilo Ottoni, a “Carta aos eleitores”, de Bernardo de Vasconcelos ou escritos de Tavares Bastos para o melhor conhecimento da vida política do Brasil no século XIX. 20-3-2004.

420. A PROPÓSITO DE ALBERTO DE FARIA

Abrindo nossa colaboração do dia 17 de julho de 1955, escrevemos: “Ocorre na bibliografia brasileira uma tremenda confusão a

que não escapam os menos avisados e na qual com frequência incidem até os mais avisados: dois autores com nomes quase iguais, distinguindo-os apenas a partícula “de”, quais sejam Alberto Faria e Alberto de Faria.

O primeiro viveu em Campinas nos fins do século XIX e início do XX, com intensa atividade cultural na imprensa e no magistério. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras e pertenceu também à Academia Brasileira, para a qual foi eleito em 1918 na vaga do Barão Homem de Melo.

O outro, o Alberto de Faria, objeto desta nota, era fluminense de Campos, pertenceu também à Academia Brasileira, viveu quase na mesma época que o outro, sobrevivendo-lhe seis anos, pois faleceu em 1931. Tornou-se conhecido por um excelente livro sobre Mauá, publicado em 1926 e reeditado em 1933 na preciosa coleção “Brasíliana” (vol. 20). Foi pai do escritor Otávio de Faria e sogro dos escritores Afrânio Peixoto e Alceu de Amoroso Lima.

A propósito de seu livro sobre Mauá, “dedicado aos moços para que se educassem na admiração de um grande homem, virtuoso na fortuna, heróico na adversidade”, parece-nos significativo lembrar ter sido acerbamente criticado pelo seu caráter panegírico, considerado excessivo por Castro Rebelo e, mais modernamente, por outros que escreveram sobre o assunto.

Com todas as críticas, nem sempre muito pertinentes, não se pode deixar de reconhecer o mérito de seu livro, obra, por assim dizer, indispensável para a história econômica do Brasil, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da civilização material, setor este em que Mauá, como é sabido, foi pioneiro. De fato, é difícil encontrar algum melhoramento material em nosso país, na segunda metade do século XIX, a que o nome de Mauá não esteja vinculado.

Dele nos ocupamos em nosso livro sobre a coleção “Brasíliana”, como dele também se ocupou Raimundo de Menezes em seu “Dicionário Literário Brasileiro”. Infelizmente, o autor cearense incidiu num descuido que implicou na já lembrada confusão com o outro Alberto Faria (o sem

“de”) ao dar ao biógrafo de Mauá a qualidade de “fundador da Cadeira nº 15 da Academia Paulista de Letras”... 27-3-2004.

421. “EÇA DE QUEIROZ, AGITADOR NO BRASIL”

“Nenhum romancista estrangeiro exerceu, até hoje, maior influência no Brasil do que Eça de Queiroz. Durante sua vida, no fastígio da carreira literária, a consagração de seu nome, como escritor, atingiu proporções invulgares. Não foram poucos os intelectuais que correram a imitar-lhe o estilo, adotando seus padrões de linguagem, o barbarismo de sua prosa, os matizes de uma arte que, tornando mais vivo e mais dúctil o idioma, imprimiram à literatura luso-brasileira, na época de superação do romantismo, um sentido de verdadeiro remoçamento”.

Com este parágrafo inicial, Paulo Cavalcanti prepara o leitor para a apreciação de um dos ensaios mais bem elaborados da história literária brasileira. Mais ainda: ele não vê apenas – o que já seria bastante – a influência literária do grande escritor português. Procura também sua influência social e política, notadamente em Pernambuco. “As ligações de Eça com os pernambucanos – diz o autor – datando de seus primeiros anos de vida, acentuaram-se ao tempo de sua colaboração nas Farpas. Por aí verificamos como os artigos de Eça e Ramalho Ortigão, em 1872, influíram no sentido de levantar a província de Pernambuco contra os súditos de Portugal, em protesto diante das páginas escritas sobre a viagem de D. Pedro II à Europa.

Ao nome de ambos, principalmente aos de Eça, ligam-se, no relato dessas ocorrências, discussões jornalísticas, conflitos de rua, espancamentos, tiros, incêndios, ocupação militar da cidades, prontidão de forças armadas, incidentes judiciais, cancelamento de passeatas cívicas, crise de governo, evasão de criminosos, exoneração de autoridades, boletins subversivos, de que foram teatro na década de 70, por causa das “Farpas”, os municípios pernambucanos de Recife e Goiana.

Pois o objetivo do autor é justamente contar a história desses movimentos nativistas, “revivendo fatos e incidentes que as crônicas do

tempo desprezaram”, vindo, assim, a concatenar, num longo e paciente trabalho de pesquisa, todos os elos de uma interessante cadeia de acontecimentos, que há de incorporar-se à história das lutas políticas de Pernambuco e do Brasil, como um instante de civismo, mas também como página saborosa de irreverência e de humor. Escrupulosamente, lembra o autor que não há, em seu livro, uma circunstância, por menor que seja, uma citação, que os arquivos, as bibliotecas e a tradição oral refuguem como inverossímeis.

É importante, parece-nos, lembrar o caráter social (e não apenas político) dos movimentos revolucionários (ou simplesmente revoltosos) que agitaram a província pernambucana durante o Segundo Reinado. A uma delas, a “Praieira”, já foi considerada significativamente “a primeira revolução social do Brasil”. Até o rabiscador destas linhas já escreveu sobre ela, em tempos que já vão bem longe (Revista de História, nº 1, São Paulo, 1950). 17-4-2004.